

ATA DA 670ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA AMPLIADA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 8 E 9 DE ABRIL DE 2016, EM BRASÍLIA-DF.

5 6 7

1

2

3

4

8

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

PARTICIPANTES: Economistas Júlio Miragaya, Presidente, Odisnei Antônio Béga, Vice-Presidente, os Conselheiros Federais: Antonio Melki Júnior, Bianca Lopes Andrade Rodrigues, Celina Martins Ramalho, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Jin Whan Oh, João Manoel Gonçalves Barbosa, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva, Paulo Salvatore Ponzini, Pedro Andrade de Oliveira, Róridan Penido Duarte. Presidentes/Vice-Presidentes dos Corecons: José Antonio Lutterbach Soares (RJ), Francisco Prisco Neto (SP), Ana Cláudia Arruda Laprovitera (PE), Darcy Francisco Carvalho dos Santos (RS), Marcos Emerson Verhaine (BA), Celso Bernardo (PR), Paulo Roberto Polli Lobo (SC), Edilson Azim Sarriune (CE), Nélio Geraldo Bordalo Filho (PA-AP), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (MG), Maria Cristina Araújo (DF), Maurílio Procópio Gomes (AL), Nelson Azevedo dos Santos (AM), Evaldo Silva (MT), Heric Santos Hossoé (MA), Lion Rodrigues Schuster (SE), Eduardo Reis Araújo (ES), Edilson Gonçalves de Aguiais (GO), Ricardo Valério Costa Menezes (RN), Thales de Souza Campos (MS), João Bosco Ferraz de Oliveira (PB), Edson Chaves Ferreira (PI), Marcos Maurício Cordeiro Lopes (AC), Júlio Cezar Ramos Nogueira (RO), Higor de Sousa Franco (TO) e Florêncio Costa de Melo (RR). Participaram, ainda, a Superintendente em exercício Aline Tales Ferreira, o Procurador Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, os Assessores Jane Lopes da Silva, Natália Lepsch Kenupp Batista, Thiara de Oliveira Lima e Júlio César Poloni de Góes, a Advogada Marília Andrade Rosa Abrantes, o Jornalista Manoel José Castanho, o Contador José Luiz Pereira Barboza, os Assistentes Administrativos Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Girotto, Ana Claudia Ramos Pinto, e a Auxiliar Administrativa Edna Barroso Machado. Também presentes o Secretário Executivo do Corecon-RJ, Wellington Leonardo da Silva, e a Conselheira Suplente Mônica Beraldo Fabrício da Silva. - **Primeiro dia** - **1. ABERTURA DA REUNIÃO**: Às oito horas e trinta minutos do dia oito de abril de 2016, em Brasília-DF, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio Miragaya, iniciou os trabalhos da sexcentésima septuagésima Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia, agradecendo a presença de todos. 1.1. Justificativa de ausência e votação. Devido impossibilidade estiveram ausentes: Presidente Corecon-SP, Manoel Enríquez García, substituído pelo Vice-Presidente Francisco Prisco Neto; Presidente Corecon-RS, Simone Magalhães, Substituída pelo Vice-Presidente Darcy Francisco Carvalho dos Santos; Presidente Corecon-BA, Vitor César Ribeiro Lopes, substituído pelo Vice-Presidente Marcus Emerson Verhaine; Presidente Corecon-PR, Eduardo Moreira Garcia, substituído pelo Vice-Presidente Celso Bernardo; Presidente Corecon-GO, Geraldo Almeida Silva, substituído pelo Vice-Presidente Edilson Gonçalves de Aguiais; Presidente Corecon-AC, Alessandro Callil de Castro, substituído pelo Vice-Presidente Marcos Maurício Cordeiro Lopes. O Presidente do Corecon-MG solicitou o registro de seu atraso em decorrência do horário do voo. Em votação, as justificativas foram aprovadas. 2. DEBATE INTERNO DO FÓRUM DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: Ficou estabelecido que o Presidente do Corecon-ES, Eduardo Reis Araújo, será o coordenador dos trabalhos. Foi sugerida a seguinte pauta: Corecon-ES: 1. Fiscalização; 2. Ações de comunicação, projeto de cada Regional; 3. Prestação de contas devido ao novo formato exigido pelo TCU. Corecon-RR: 1. Parceria com o Banco do Brasil. Corecon-MG: 1. Comunicação entre os regionais. 2. Escolher coordenador não só da Reunião como também do Fórum dos Presidentes. Corecon-MT: 1. Valorização do profissional de economia. 2. Prestação de

51

52

53

54

55

56

57 58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98 99

100

contas de gestões passadas. Corecon-RN: Atuação do profissional Economista nas câmaras de mediação e arbitragem, visando à implementação do novo código civil. Corecon-GO: negociações com o Banco do Brasil. Passou-se então à discussão dos tópicos, com as seguintes explanações pelos presidentes/vice-presidentes dos Regionais: A. FISCALIZAÇÃO: Compartilhamento de planos de fiscalização entre os Regionais dos planos encaminhados para o Cofecon (prazo: 31 de março de 2016). Corecon-RJ: registrou que não tem problema em compartilhar o plano de fiscalização e salientou que o fiscal, ao exercer suas atividades, geralmente se paga. Corecon-PB: sugeriu que solicitasse ao Cofecon um plano diretor, convocando os fiscais para treinamento, para haver a padronização da fiscalização. A Superintendente informou que existem 10 regionais sem fiscal. Corecon-RR: informou que não tem fiscal e que os conselheiros regionais fazem esse papel. Corecon-ES: informou que existe um Manual de Fiscalização, sendo adequado que houvesse capacitação dos fiscais. Informou ainda que o Corecon-RJ ofereceu capacitação para os demais regionais. B. TRATAMENTO COM O BANCO DO BRASIL: Corecon-RN: sugeriu a troca de banco, como aquele regional fez, indo para a Caixa Econômica Federal. Corecon-MS: informou sua dificuldade em negociar com o Banco do Brasil. Corecon-BA: também salientou sua dificuldade de tratativas com o Banco, informando que estão abrindo conta na Caixa Econômica Federal. A Superintendente alertou que a transição de banco é difícil e demorada e recomendou que se for para haver a troca, que se faça bem antes do fim do ano, devido a emissão das anuidades. Corecon-PR: informou que os bancos têm que tratar com os conselhos como órgão público, não podendo atuar em banco particular, podem emitir boleto, mas a conta centralizadora tem que ser em banco público. Corecon-RR: alertou que o Banco do Brasil elevou a tarifa devido ao convênio do Cofecon com aquele Banco. Não está encaminhando a prestação de contas dos boletos pagos, sendo necessário que o Regional solicite aos próprios economistas os comprovantes de pagamento. A Superintendente esclareceu que o processamento do arquivo retorno deve ser tratado junto à Implanta Informática e irá tratar dessa dificuldade em particular. C. COBRANÇA: Corecon-PE: relatou que tem dificuldade em realizar o processo de cobrança. Corecon-ES: relatou seu sucesso na cobrança, que primeiro esgota as tratativas amigáveis e depois parte para a cobrança judicial. Corecon-MS: registrou que os resultados foram interessantes, onde a assessoria jurídica faz as cobranças. Corecon-GO: teve mais custos do que retorno. A Superintendente informou que a cobrança de todas as taxas pode ser transferida aos cobrados, ficando o regional sem ônus. Corecon-MA: distribuiu um normativo sobre o assunto para repassar aos outros Corecons. D. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: Corecon-RN: abordou a temática das câmaras de arbitragem, para inserção do profissional economista nas negociações. Sugeriu que houvesse um treinamento para o Corecon para atuar junto ao poder judiciário, pois deve haver capacitação do economista para atuar como mediador (curso) e solicitou ao Cofecon fazer o documento "passo-a-passo". O Corecon-PB registrou que em seu estado os economistas estão atuando muito com perícia, inclusive rejeitando serviços. O Corecon-MS ponderou que os contadores estão tomando conta do espaço, inclusive bloqueando a atuação dos economistas. O Corecon-DF destacou que também encontra dificuldade imposta pelos contadores. O Corecon-SC sugeriu que o Cofecon deveria atuar junto ao judiciário para apresentar o profissional economista. O Corecon-SP apontou que o advogado atua na câmara arbitral por haver questões de direito, mas geralmente chamam outros profissionais para dar suporte, aí entra a atuação do economista. O cadastro se dá junto aos tribunais, devendo haver a atuação junto àquele poder. Relatou ainda que um dos problemas se dá porque a perícia se chama "perícia contábil", então, devido a essa denominação, chamam os contadores para atuar em tais perícias, assim sendo, sugeriu que os Conselhos Regionais insistissem junto ao judiciário. O Corecon-GO informou que o tribunal solicitou lista de peritos apenas junto aos contadores e ponderou que o Cofecon não normatizou como fazer essa lista de peritos. O Corecon-MT disse que o governo chamou toda a sociedade para discutir a situação econômica do estado, mas não chamou os economistas. O Corecon-MS destacou que no concurso do TCU para o cargo de auditor externo foi feita uma lei excluindo os economistas. A superintendente do Cofecon relembrou que o Cofecon normatizou e detalhou as atividades de mediação e arbitragem por meio da Resolução

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

nº 1.944, de 30 de novembro de 2015. O Corecon-RS registrou que no estado foi criada uma lei determinando cotas para cada profissão. E. **PRESTAÇÃO DE CONTAS**: Será realizada reunião dos interessados com o corpo técnico do Cofecon. 3. PAUTA CONSELHO FEDERAL DE **ECONOMIA**: Coordenação dos Trabalhos: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente Júlio Miragaya solicitou que o Presidente do Corecon-ES fizesse uma síntese da reunião, conforme explanado acima. 3.1. Institucionalização do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia com designação de Coordenador Geral. Foram escolhidos como coordenadores os Economistas Eduardo Reis Araújo (ES) e Paulo Roberto Polli Lobo (SC). 3.2. Informes sobre a atualização da Legislação Profissional do Economista - PLS 658/2007. O Presidente informou que em dezembro o Conselho Federal de Administração encaminhou um ofício solicitando alteração no projeto de lei dos economistas, adequando-os totalmente em favor dos administradores, não havendo formas de composição com aquele Conselho e considerou encerrada a tentativa de diálogo. O Cofecon encaminhou ofício ao Senador Romero Jucá, para saber sobre o andamento do PLS, solicitando agendamento de reunião. 3.3. Informes do Grupo de Trabalho Eleições Eletrônicas do Sistema Cofecon/Corecons. O Presidente informou que foi instituído grupo de trabalho constituído pelos Economistas Jin Whan Oh (SP), Wellington Leonardo da Silva (RJ), Eduardo José Monteiro da Costa (PA), Róridan Penido Duarte (MG), e Paulo Salvatore Ponzini (MS) como Coordenador. Informou que no ano passado houve eleição eletrônica em 21 estados, 20 no sistema compartilhado, e o RJ em sistema próprio. Nos outros 6 conselhos houve eleição por sistema tradicional. Este ano a proposta é que todos façam eleição eletrônica, de preferência de forma compartilhada. Mesmo que todos não o façam pelo sistema compartilhado, haverá uma auditoria única para todo o Sistema Cofecon/Corecons. O Corecon-RJ solicitou discussão sobre o processo eleitoral, pois acredita que da forma atual pode haver problemas judiciais. O Presidente explicou que no sistema compartilhado não se tira a autonomia dos Corecons, pois o que é disponibilizado é a operacionalização. O Presidente encaminhou no sentido de que o grupo de trabalho instituído continuará acompanhando o assunto. 3.4. Informes do Grupo de Trabalho Composição do Plenário do Cofecon. O Presidente informou que para discutir sobre o tema foi criado grupo de trabalho composto pelos Economistas João Manoel Gonçalves Barbosa (RJ), Luiz Alberto de Souza Aranha Machado (SP), Maria Cristina Araújo (DF), Pedro Andrade de Oliveira (PI), Paulo Salvatore Ponzini (MS) como Coordenador, e que este grupo representa todas as dimensões de conselhos. As propostas analisadas são de que se mantenha 18 conselheiros e que todos tenham representação como suplentes; e ampliação para 21 conselheiros, o que reduziria o tempo de rodízio para os conselhos de menor dimensão. O Presidente esclareceu que mesmo assim, esse tema é objeto de análise e votação no Since, para onde serão encaminhadas essas e outras propostas que venham a surgir. Foi sugerido também que a cada sessão plenária sejam convocados dois conselheiros suplentes para participar com direito a voz. 3.5. Informes sobre a campanha de redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil. O Presidente discorreu sobre o tema, apresentando as linhas para discussão, divididas em 5 eixos: Eixo 1: Mudar o modelo tributário - reduzir tributação sobre produção e consumo e aumentar sobre renda e riqueza: instituir tributação sobre lucros e dividendos; ampliar número de faixas do IRPF, aumentar faixa de isenção e percentual máximo da alíquota. Eixo 2: Preservar e ampliar os direitos sociais: ampliar os serviços públicos e programas sociais e fortalecer a previdência social. Eixo 3: Preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho: aumento real do salário mínimo, formalização do emprego, seguro desemprego e direitos trabalhistas. Eixo 4: Aumentar investimentos públicos em educação: ampliar o grau de escolarização e de qualificação para o trabalho. Eixo 5: Priorizar destinação do orçamento público para demandas sociais: eliminar ou reduzir isenções e desonerações fiscais, subsídios concedidos e gastos com juros da dívida pública; melhorar a gestão e tornar mais eficientes os gastos públicos. Após a apresentação, o Presidente sugeriu que tal proposta seja encaminhada para todos os Corecons para apresentação de contribuições e futura apresentação da proposta final. 3.6. Levantamento dos recursos relativos ao apoio do Cofecon aos projetos dos Corecons. O Presidente apresentou os valores de todos os auxílios concedidos pelo Cofecon desde 2011, bem como

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

onde foram alocados. 3.7. Informes sobre Acórdão 96/2016-TCU-Plenário - Lei de Acesso à Informação (Processo 17.422/2016). O Presidente informou que já encaminhou aos Regionais o acórdão do TCU sobre o tema e passou a palavra para a Superintendente em exercício, Aline Tales Ferreira, que resumiu a necessidade da prestação de contas e esclareceu algumas dúvidas. O Presidente indicou que será produzida cartilha sobre o tema. O presidente do Corecon-RJ falou que existe um projeto de lei esclarecendo finalmente se os conselhos profissionais têm obrigação ou não de aderir a essa regra, por usa vez a Superintendente se comprometeu a realizar a pesquisa e acompanhar tal projeto. O Presidente solicitou que todos os Conselhos que possuem setor jurídico próprio que produzissem parecer sobre o tema e encaminhassem ao Cofecon para que se possa fazer um parecer único sobre a questão. 3.8. Abertura de convênios nacionais para a prestação de servicos no Sistema Cofecon/Corecons (Processo 17.427/2016). O Presidente informou que está em fase de estudo e análise de viabilidade a realização de convênios nacionais para os economistas, como por exemplo, plano de saúde. 4. PAUTA CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: 4.1. Since/2016 - Divulgação, patrocínios, entre outros (Corecon-RN). O presidente do Corecon-RN apresentou o andamento dos trabalhos, convidando a todos para o evento e solicitando auxílio financeiro. 4.2. Projeto do X Encontro de Entidades da Região Norte - Enam (Corecon-AM). O evento acontecerá de 19 a 21 de maio de 2016, em Manaus-AM. O presidente do Corecon-AM disse da satisfação de estar na plenária do Cofecon e do prazer de estar fazendo o Enam no estado do Amazonas, que terá como tema "O contexto de crise nas economias amazônicas - oportunidades e desafios para economistas". 4.3. Projeto do XXVIII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste - ENE (Corecon-PI). O evento acontecerá de 15 a 17 de junho de 2016, em Parnaíba-PI. O presidente do Corecon-PI relatou brevemente como será o evento cujo tema será "O protagonismo do Nordeste para o desenvolvimento do Brasil no Século XXI: diagnósticos, iniciativas e estratégias para o futuro", e que será concomitante com a gincana estadual de economia, entregando o roteiro do evento a todos os presidentes da região Nordeste. 4.4. Projeto do XXI Encontro de Economistas da Região Sul - Enesul (Corecon-SC). O evento acontecerá de 4 a 6 de agosto de 2016, em Florianópolis-SC, vai abarcar 4 eventos: XXI Enesul - "Aspectos macroeconômicos das economias do Cone Sul e seus reflexos para a Economia Brasileira e para os estados da Região Sul"; I Econesul - "Aspectos macroeconômicos das economias do Cone Sul"; I Gincana Regional Sul; II ECCE/SUL - Coordenadores e Professores dos Cursos de Economia - "A formação dos Economistas e as oportunidades no cenário de crise econômica". 4.5. Elenco de sugestões dos economistas do Sistema Cofecon/Corecon para o desenvolvimento econômico do País a ser enviado ao Governo Federal (Corecon-PB). Tema debatido em conjunto com a Campanha de redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil. 4.6. Debate sobre o Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que dispensa os Conselhos Regionais de Representação Profissional do pagamento dos emolumentos cartorários por ocasião do protesto de certidões de dívida ativa (Corecon-MA). Tema debatido em conjunto com a temática ações de cobrança desenvolvidas pelos Corecons. 4.7. Solicitação de elaboração de proposta de Plano Diretor para a fiscalização nacional dos Regionais (Corecon-PB). Tema debatido em conjunto com a temática ações de fiscalização desenvolvidas pelos Corecons.. 4.8. Solicitação de atuação do Sistema Cofecon/Corecon para a criação da função ou regulamentação do Economista nas Prefeituras (Corecon-PB). O presidente do Corecon-PB pediu retirada de pauta. 4.9. Sugestão de organização de um projeto nacional com o Ministério da Educação e/ou parceria com as Secretarias de Educação dos Estados Brasileiros, com apoio do Cofecon, para incluir disciplina de Educação Financeira no currículo de Ensino Médio (Corecon-MS). O presidente do Corecon-MS abordou o tema, informando que o Banco Central tem um projeto de educação financeira, e que os contadores estão tomando conta desse projeto, sendo interessante que os economistas retomassem esse projeto, visto que é uma função profissional economista. 4.10. Instituição do Cadastro Nacional dos Peritos Economistas (Corecon-MS). Assunto integrante da ordem do dia da sessão plenária dos Conselheiros Federais. 4.11. Solicitação de reconsideração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013,

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

no que se refere ao ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) das despesas de impressão e envio dos boletos de cobrança, assim como dos custos referente à cobrança das anuidades, para os Regionais com menos de 1.000 ECVs (Corecon-PI, Corecon-RN, Corecon-SE). O presidente do Corecon-PI solicitou para voltar a ser como era antes, quando o Cofecon ressarcia os regionais do valor pago pela emissão dos boletos bancários. O Corecon-SC considerou que se ocorrer, reivindica que o ressarcimento deve ocorrer para todos os regionais. O Presidente informou que este assunto já foi objeto de discussão na plenária do Cofecon e que abordará novamente o tema. 4.12. Exclusão de direitos de alguns Conselhos, no tocante à: - retirada do site disponibilizado e custeado pelo Cofecon; - Encontro dos Funcionários do Sistema Cofecon/Corecon, que está regulamentado para ser realizado anualmente (Corecon-SE). O presidente do Corecon-SE reclamou que tal atitude inviabiliza que os Corecons tenham sites próprios. Quanto ao encontro dos funcionários, falou da importância do evento, pois neles os funcionários do Sistema têm a oportunidade de trocar experiências e aperfeiçoar seus serviços. Quanto à hospedagem dos sites dos Corecons a Superintendente esclareceu o que ocorreu, e da recomendação de não haver hospedagem interna, acarretando a necessidade do Cofecon tal posição. Em relação ao segundo ponto, o Presidente informou que, conforme foi discutido na Plenária anterior, o Cofecon precisa atualizar sua infraestrutura de informática e telefonia, por esse motivo, o dinheiro será realocado para a renovação do parque tecnológico. O Presidente encaminhou no sentido de verificar a possibilidade de fazer o encontro no segundo semestre, dependendo do orçamento. 4.13. Proposta de prorrogação do IV Programa Nacional de Recuperação de Créditos, passando de 31.3.2016 para 31.7.2016, tendo em vista as ações de cobranças extrajudiciais e judiciais que serão realizadas por este Regional após o vencimento da anuidade do exercício (31.3.2016) facilitando a quitação ou parcelamento dos economistas que tivessem interesse de fazê-lo (Corecon-SE). O presidente do Corecon-SE solicitou que se prorrogasse o fim do programa de recuperação de crédito para julho. O Presidente encaminhou no sentido de levar o assunto para o Plenário do Cofecon. 4.14. Anuidade progressiva (Corecon-PA). O presidente Corecon-PA defendeu que dessa forma haverá incentivo para os economistas recém-formados passem a integrar o Sistema, sugerindo 100% de desconto no primeiro ano, 30% de desconto no segundo ano, 20% de desconto no terceiro ano, e a partir do 4º ano, pagamento integral, a exemplo da OAB. O Presidente esclareceu que existe uma resolução do Cofecon que permite a isenção da anuidade no primeiro ano, dependendo de normatização do Regional. 4.15. Auxílio financeiro para a confecção gráfica de 5.000 cartilhas de Educação Financeira (Corecon-PA). O Presidente encaminhou no sentido de enviar a solicitação à Comissão de Educação para análise. - Por fim, o Presidente comentou sobre a concessão de imóveis para as sedes dos regionais junto à SPU, como está o andamento dos pedidos realizados até o momento. -Antes do encerramento da sessão, foi inaugurada placa em homenagem ao economista João Paulo de Almeida Magalhães, que dará nome à sala Plenária do Cofecon. O Presidente do Corecon-RJ procedeu a leitura da carta da esposa do Economista, Senhora Olívia de Almeida Magalhães, quando então foi realizado o descerramento da placa. 5. REUNIÃO PLENÁRIA AMPLIADA DOS CONSELHEIROS FEDERAIS E DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA: 5.1. Relato e discussão sobre os assuntos debatidos na reunião entre o Presidente do Cofecon e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. O Presidente do Corecon-ES procedeu a leitura do resumo do que foi tratado na parte da manhã. 5.2. Informes dos Coordenadores de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon. - Comissão de Educação: Conselheira Celina Martins Ramalho - apresentou as atribuições da Comissão de Educação e os projetos para 2016. -Comissão de Comunicação: Conselheiro Jin Whan Oh - apresentou o projeto para 2016, ressaltando a confecção de pequenos vídeos com o tema "Por que escolhi a profissão de economista?", solicitando ajuda dos regionais para indicar economistas para dar seu depoimento. Solicitou busca de patrocínio para ampliação da tiragem da revista Economistas. Por fim, apresentou os dados das inserções do Cofecon na mídia durante o ano de 2015. - Comissão de Política Econômica: Conselheiro Róridan Penido Duarte - informou que a comissão é composta por conselheiros e economistas. Que no início

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

de cada Sessão Plenária há debate de conjuntura econômica que resulta em nota relacionada ao tema, sendo que nesta Sessão Plenária foi confeccionada uma Nota Técnica sobre inflação, política monetária e crise fiscal, intitulada "Redução da taxa básica de juros pelo Copom, condição para atenuar a crise fiscal", para distribuição junto aos meios de comunicação. 6. ENCERRAMENTO. E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio Miragaya, agradeceu a presença dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. - Sequência da Reunião apenas com os Conselheiros Federais - 1. DEBATE CONJUNTURA ECONÔMICA: Tema: Crise Fiscal, Gastos com Juros da Dívida Pública e Auditoria da Dívida. Debatedores Convidados: Roberto Bocaccio Piscitelli, José Luiz Pagnussat e Maria Lucia Fattorelli. Coordenação: Conselheiro Róridan Penido Duarte. 2. ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA: 2.1. Justificativas de ausência e votação: não houve ausência. 2.2. Discussão e aprovação da Nota Técnica sobre Inflação, Política Monetária e Crise Fiscal. Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Conselheiro leu a minuta da nota que foi discutida, ajustada e aprovada para distribuição, nos seguintes termos: "Nota técnica sobre inflação, política monetária e crise fiscal. Redução da taxa básica de juros pelo Copom, condição para atenuar a crise fiscal. O IBGE divulgou hoje a taxa de inflação (IPCA) de março de 2016, de 0,43%, confirmando-se a trajetória declinante, após registrar 1,27% em janeiro e 0,90% em fevereiro. Esse resultado ratifica que as causas da forte elevação do IPCA em 2015, quando alcançou 10,67%, não mais estão presentes: o forte reajuste dos preços administrados (18%) e o repasse aos preços da expressiva variação cambial. Ademais, o impacto da queda da massa salarial, da desaceleração do crédito e da atividade econômica concorrem para a contenção na variação dos chamados "preços livres". Reforça-se, também, a posição já adotada recentemente pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) de que o País não enfrenta um problema de inflação de demanda, o que torna ineficiente uma política monetária de manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar tão elevado (14,25% ao ano) porque impõe custos excessivos à sociedade. A política monetária restritiva contribuiu para a acentuada retração do PIB, que alcançou 3,8% em 2015, e que pode inclusive se repetir, em magnitude similar, em 2016, com reflexos adversos sobre a geração de emprego e renda das famílias, um injustificável custo de desinflação por meio de desemprego e elevação explosiva do custo da dívida pública. Projeções de mercado já apontam uma taxa de inflação, em 12 meses, em torno de 6,48%, tangenciando o limite superior da meta, tornando viável o seu alcance ainda neste ano, não obstante os efeitos causados pela crise política. A projeção do índice para 2017 encontra-se hoje estimado em 6% pelo mercado e em 4,9% pelo próprio Banco Central. Ademais, a recente queda da taxa de câmbio certamente contribuirá para alcance de índice mais baixo de inflação. No seminário "Crise fiscal, gastos com juros da dívida pública e auditoria da dívida", promovido pelo Cofecon, foi apontada a política monetária em curso como elemento-chave para os maus resultados fiscais, por três razões principais: i) reduz os investimentos públicos, um dos principais indutores da atividade econômica, ao carrear grande parte dos recursos orçamentários para o gasto crescente com juros da dívida pública; ii) inibe os investimentos privados, pelo alto custo da captação de financiamento e pela atratividade representada pelos ganhos financeiros; e iii) inibe o consumo, ao elevar o desemprego e encarecer o crédito ao consumidor. A forte retração da atividade econômica tem, inclusive, afetado significativamente a receita tributária. Queda de receita e aumento de gastos com juros da dívida pública tiveram como consequência a explosão do déficit nominal, ameaçando o atendimento das crescentes demandas sociais da população pobre e acelerando o tão alardeado crescimento da dívida pública. O Copom tem a oportunidade de, reconhecendo que o ambiente recessivo inibe novos aumentos de preços e as causas da inflação de 2015 estão se dissipando, fazendo com que a taxa de inflação encaminhe-se para o intervalo da meta, promover a imediata redução da Selic, que teria efeito positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos e contribuiria para reverter o grave quadro econômico atual, evitando que novos brasileiros se incorporem às filas de desempregados. Para retomarmos o crescimento econômico e superarmos a crise fiscal, é necessário que se inicie o processo de redução da taxa básica de juros. É o que o Brasil clama e precisa. Conselho Federal de Economia, 8 de abril de 2016". 3. REUNIÃO PLENÁRIA

AMPLIADA DOS CONSELHEIROS FEDERAIS E DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS 301 302 REGIONAIS DE ECONOMIA: 3.1. Relato e discussão sobre os assuntos debatidos na reunião entre o Presidente do Cofecon e os Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. 303 Coordenador: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou síntese dos temas sugeridos pelos 304 Corecons discutidos na reunião ocorrida no período da manhã. 3.2. Informes dos Coordenadores 305 de Comissões Permanentes e Temáticas do Cofecon aos Presidentes dos Conselhos Regionais 306 de Economia. Os informes foram prestados anteriormente. 4. EXPEDIENTE: 4.1. Ata da Sessão 307 Plenária anterior: leitura, emendas e aprovação da Ata da 669ª Sessão Plenária Ampliada, 308 realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2016, em Brasília-DF. Após ajustes, a ata foi aprovada. 309 **4.2.** Informes da Presidência: 4.2.1. Representação institucional e participação em eventos: -310 Presidente Júlio Miragaya: - Reuniões com os grupos de trabalho sobre voto eletrônico e sobre 311 composição do plenário, além de participar das seguintes Sessões Plenárias: - Corecon-RJ 312 (25.2.2016); - Corecon-PI (29.2.2016); e Corecon-RS (1º.4.2016). - Cerimônia de recondução aos 313 cargos de Presidente e Vice-Presidente, assim como a diplomação dos Conselheiros Regionais do 314 Conselho Regional de Economia da 10^a Região para o triênio 2016/2018 (4.3.2016 - Corecon-MG). 315 - Reunião sobre o Congresso Brasileiro de Economia de 2017 que ocorrerá em Belo Horizonte 316 (5.3.2016 - Corecon-MG). - Audiência com o Presidente do BNDES, Economista Luciano Coutinho, 317 e o Presidente Corecon-RJ, Economista Sidney Pascoutto da Rocha (16.3.2016 - Rio de Janeiro-RJ). 318 319 - Vice-Presidente Odisnei Antônio Béga: - Reunião para apresentação e aprovação do projeto dos eventos ENESUL 2016 e I ECONESUL (17.3.2016 - Corecon-SC). - Solenidade de posse da nova 320 diretoria do Conselho Regional de Economia da 6ª Região (18.3.2016 - Corecon-PR). - Colaboradores 321 - Representação Institucional: - Conselheira Mônica Beraldo Fabrício da Silva: - Cerimônia de posse 322 da Diretoria e dos membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB 323 (23.2.2016 - Brasília-DF). - Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões 324 Regulamentadas - Conselhão, acompanhada do Procurador-Chefe Marcus Vilmon Teixeira dos 325 Santos (3.3.2016 - Brasília-DF). - 46^a Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de 326 Profissões Regulamentadas - Conselhão, acompanhada do Advogado Fábio Ronan Miranda Alves 327 (31.3.2016 - Brasília-DF). - Economista Maria Cristina Araújo, presidente do Corecon-DF: 328 Campanha pela derrubada do veto presidencial à realização de auditoria da dívida pública com 329 participação da sociedade civil, evento promovido pela Auditoria Cidadã da Dívida (3.2.2016 -330 Brasília-DF). - Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini: Sessão Plenária comemorativa aos 35 anos do 331 Conselho Regional de Economia da 20^a Região (11.3.2016 - Campo Grande-MS). - Conselheiro 332 Eduardo José Monteiro da Costa: Solenidade de posse da nova Presidência do Conselho Regional da 333 9ª Região para a gestão de 2016 e para os Conselheiros eleitos para o triênio 2016/2018 (17.2.2016 -334 Corecon-PA-AP). - Economista Roberto Bocaccio Piscitelli: Sessões de julgamentos do Conselho de 335 Controle de Atividades Financeiras - Coaf (9 e 10.3.2016 - Brasília-DF). 4.2.2. Correspondências 336 relevantes: - Ofício 215/2016/Cofecon para o Senador Romero Jucá, referente ao PLS nº 658/2007 e 337 PLS nº 439/2015. - Ofício 151/2016/Cofecon para a Ordem dos Advogados do Brasil, por meio do 338 qual o Conselho Federal de Economia agradeceu o convite para a reunião destinada ao 339 estabelecimento das bases da manifestação da sociedade civil brasileira contrária ao aumento da carga 340 tributária, sob o lema "Agora chega de carga tributária! Não à CPMF!", porém informou que o 341 Plenário do Cofecon não tem posição tomada sobre a cobrança da CPMF. O posicionamento 342 amplamente discutido deste Cofecon sobre a questão tributária no Brasil é de que o problema, mais 343 do que o tamanho da carga tributária, é o nosso modelo tributário, demasiadamente regressivo, que 344 tributa excessivamente a produção e o consumo e, de forma marginal, a renda e riqueza (conforme 345 Carta Aberta à Presidência da República e ao Congresso Nacional). - Outros informes da Presidência: 346 - Institucionalização do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia com 347 designação de Coordenador Geral, onde foram designados os Economistas Eduardo Reis Araújo e 348 Paulo Roberto Polli Lobo como coordenadores. - Grupo de Trabalho sobre a Composição do Plenário 349 do Cofecon: O Presidente informou novamente sobre o a constituição do Grupo de Trabalho e o 350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

andamento das propostas. O Presidente salientou que tal assunto, de qualquer sorte, deve ser deliberado no Since. - Campanha de redução da desigualdade da renda no Brasil: O Presidente, como fez na reunião com os representantes dos Corecons, apresentou os 5 eixos para abrir o debate, solicitando contribuição dos Conselheiros para composição de futuro estudo. - Levantamento dos recursos relativos ao apoio do Cofecon aos projetos dos Corecons: O Presidente demonstrou como se deu os auxílios aos Corecons, na ordem de mais de 1 milhão de reais nos últimos 5 anos, sendo que os eventos mais agraciados foram CBE, Since e Gincana. 4.2.3. Informes sobre o procedimento preparatório nº 1.20.000.000192/2015-09 - Procedência Procuradoria da República em Mato Grosso - Interessado: Corecon-MT (Processo 17.432/2016). O Presidente relatou sobre o tema, informando que o Corecon-MT realizou estudo com suposto beneficiamento aos "donos" dos transportes terrestres Foi solicitado esclarecimento ao presidente da época, Aurelino Levy Dias de Campos, para futuro esclarecimento à Procuradora. 4.2.4. Relato de fatos ocorridos no Corecon-SP, período de julho 2011 a janeiro de 2016 (Processo 17.386/2016). O Presidente informou sobre a denúncia de irregularidade no Corecon-SP, proveniente de um dos funcionários daquele Corecon. Foi encaminhado ofício ao Corecon-SP para manifestação e à CTC. O Corecon-SP se manifestou no sentido de que era calúnia e abriu sindicância para verificação dos fatos. A CTC foi ao Corecon-SP, porém não teve acesso a todos os documentos, pois se encontravam junto à Comissão de Sindicância. O Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa relatou a visita da CTC àquele Regional, onde observaram os documentos contábeis de forma geral, lembrando que a CTC não tem autonomia para verificar como a Ordem dos Economistas utilizou a verba repassada pelo Corecon-SP. Informou que após conclusão de sindicância de São Paulo, a CTC retornará para avaliar as contas. 4.3. Informes dos Coordenadores da Comissões de Trabalho: Os informes foram apresentados durante a reunião com os presidentes dos Corecons. 4.4. Informes dos Conselheiros Federais. O Conselheiro Paulo Hermance Paiva falou da Reunião que o Corecon-PB teve com a Superintendência do Patrimônio da União e que a concessão dos imóveis se dá por inscrição pelo site. Informou, ainda, que participou de Audiência Pública, junto com o Presidente do Regional, na câmara Municipal de João Pessoa, sobre educação financeira nas escolas. - Inclusão na ordem do dia: 1. Prorrogação do Programa de Recuperação de Crédito, solicitado pelos Corecons dos estados de RO, PA/AP, CE, MT, MS, RR, AC, TO, PE, e DF. 2. Alteração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013, que determina que as tarifas bancárias referentes à impressão e envio dos boletos bem como os custos com a cobrança das anuidades são de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Economia. 3. Aprovação do tema do XXII CBE. 4. Discussão sobre a concessão de registro remido por idade e tempo de contribuição. 5. Papel da Mulher Economista. 6. Nota do Cofecon sobre o impedimento da Presidente. Em votação, os itens foram aprovados. 5. ORDEM DO DIA: 5.1. Decisão Ad Referendum do Plenário: 5.1.1. Deliberação 4.848, de 16 de marco de 2016: Homologa o dossiê eleitoral do Corecon-MT (Processo 17.063/2015). Relator: Vice-Presidente Odisnei Antonio Béga. O Relator resumiu os trabalhos realizados para eleição daquele Regional, nos seguintes termos: Chapa 1 - 45 votos, Chapa 2 - 64 votos, 1 voto em branco, 1 voto nulo, e 41 votos foram descartados pela Comissão, visto que os economistas estavam inadimplentes. Em votação, a deliberação foi aprovada. 5.2. Recurso -Prestação de Contas do Conselho Regional de Economia da 14ª Região - MT - Exercício de 2014 (Processos 17.102/2015). Relator: Vice-Presidente Odisnei Antônio Béga. - O Presidente fez breve relato sobre a situação da prestação de contas do Corecon-MT, passando a palavra para o Vice-Presidente, que informou que os documentos faltantes chegaram. Relatou que os documentos passaram pelo Setor de Contabilidade para análise e confecção de nota técnica. O Presidente da CTC lembrou que essas contas já foram analisadas pela Comissão e que as mesmas foram rejeitadas pelo Plenário do Cofecon, e que agora deveriam ser tomadas as providências de encaminhar as contas para o TCU. O Presidente do Cofecon salientou que o interventor entrou com recurso, que deve ser apreciado, antes de levar o processo para o âmbito externo. Assim sendo, demonstrada a entrega dos documentos faltantes, deve o processo ser encaminhado à CTC para análise e apreciação da próxima plenária. 5.3. Situação administrativa do Conselho Federal de Economia. Relator: Presidente Júlio

401

402

403

404

405

406

407 408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

Miragaya. - Explicou a necessidade de ampliação do Cofecon em mais uma sala para Setor Administrativo/Atendimento Regionais. Em votação, foi aprovado. 5.4. Alteração do Normativo de Pessoal: Cargos de Livre Provimento do Conselho Federal de Economia (Processo 17.355/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. - Reestruturação do quadro de pessoal para inserção de funções gratificadas. Instituição de novo normativo de pessoal conforme proposta apresentada. Em votação, foi aprovado. 5.5. Acordo Coletivo de Trabalho dos Funcionários do Cofecon 2015/2017 (Processo 16.913/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente solicitou autorização para realizar a atualização das cláusulas econômicas no mês de maio, repondo a inflação segundo o índice do INPC-IBGE. Em votação foi aprovado. 5.6. Abertura de convênios nacionais para a prestação de serviços no Sistema Cofecon/Corecons (Processo 17.427/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou que outros conselhos profissionais possuem esses convênios nacionais, a exemplo de convênio com planos de saúde para a categoria. Foi encaminhado no sentido de aprovar a realização de convênios nacionais, desde que apreciados preliminarmente pelo Setor Jurídico do Cofecon. Em votação a proposta foi aprovada. 5.7. Instituição do Cadastro Nacional dos Peritos Economistas (Processo 17.444/2016). Relator: Nei Jorge Correia Cardim. O Relator explicou da necessidade de se formar um Cadastro Nacional de Peritos Economistas, em função do regramento estabelecido pelo novo código de processo civil. Destacou que os contadores já institucionalizaram seu cadastro, de forma que estão aptos a fazer a perícia, enquanto os economistas não. Apresentou minuta de resolução com os parâmetros básicos para atendimento do que é solicitado pelo poder judiciário. Após ampla discussão, a resolução foi aprovada. 5.8. Proposta de alteração da Resolução 1.852/2011- Anotação de Responsabilidade Técnica - Corecon-SE (Processo 17.422/2016). Relator: Nei Jorge Correia Cardim. O Relator informou sobre as solicitações do Corecon-SE, quais sejam: 1. Tornar a ART obrigatória e não facultativa; 2. ART deverá ser individual por projeto ou por trabalho; 3. ART deverá ser registrada mediante pagamento de emolumento a ser definido por cada regional. O Relator fez as considerações sobre o tema e apresentou voto no sentido de manter a ART da forma que se encontra atualmente, proposta essa votada e aprovada. 5.9. Proposta de alteração do procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia (Processo 17.446/2016). Relator: Conselheiro Róridan Penido Duarte. O Relator apresentou as propostas discutidas no Grupo de Trabalho. 1. Voto eletrônico obrigatório para todo o Sistema; 2. Cofecon ofertará o sistema eletrônico a todos os Regionais, porém o valor será rateado; 3. Os Corecons poderão contratar sistema eleitoral eletrônico próprio, mas deverão utilizar o mesmo termo de referência usado pelo Cofecon; 4. Haverá auditoria única para todo o Sistema Cofecon/Corecons, mesmo que um Regional queria contratar auditoria própria. 5.10. Proposta de alteração do calendário de Sessões Plenárias e Eventos do Sistema Cofecon/Corecon (Processo 17.203/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou a proposta Corecon-RJ de realizar o evento com a AEALC nos dias 28 e 29/11 e transferir a Plenária do Cofecon para os dias 26 e 27/11. O tema central do evento foi reformulado para: Modelo de desenvolvimento, integração e distribuição de renda na América Latina. O Presidente explicou a necessidade de alteração de local da Plenária prevista para novembro, vista a necessidade de ser fazer um evento no Rio de Janeiro. Em votação, a proposta foi aprovada, devendo a Plenária ser realizada naquele estado, de forma excepcional. 5.11. Proposta de alteração da Comissão de Licitação do Cofecon (Processo 17.352/2016). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente apresentou a proposta de alteração da CLC que atualmente tem a seguinte composição. Membros efetivos: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Presidente), João Henrique Vieira Costa, Marilia Andrade Rosa Abrantes. Suplentes: Alessandro Callil de Castro, Daniel Nunes de Oliveira, Fábio Ronan Miranda Alves. Interfaces no Cofecon: João Henrique Vieira Costa e Daniel Nunes de Oliveira. A proposta de alteração se dá na alteração do funcionário Daniel Nunes de Oliveira para a funcionária Ana Claudia Ramos Pinto. Em votação, a proposta foi aprovada. 5.12. Convênio do Cofecon com a Receita Federal para acesso on-line aos cadastros CPF e CNPJ (Processo 15.874/2013). Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Presidente explicou que o Plenário deverá decidir sobre a utilização do Sistema da Receita Federal

451

452

453

454

455

456

457 458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

para consulta de CPF/CNPJ apenas por funcionários do Cofecon, ou se deve abrir a utilização do sistema para funcionários dos Corecons, vinculando esses usuários ao convênio que o Federal realizou. Após discussão decidiu-se que apenas os funcionários do Cofecon poderão ter acesso ao convênio, sendo que o Conselho Regional que desejar deverá efetuar seu próprio convênio. -INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA: 1. Prorrogação do Programa de Recuperação de Crédito. solicitado pelos Corecons dos estados de RO, PA/AP, CE, MT, MS, RR, AC, TO, PE, e DF. Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Conselheiro Paulo Salvatore Ponzini relatou a motivação apresentada pelos Regionais. Foi discutida a criação do V Programa de Recuperação de Crédito, visto que o anterior não pode ser prorrogado devido ao seu vencimento. Em votação, a criação do programa foi aprovada, sendo que 12 conselheiros votaram a favor e 4 contra (Antonio Melki Júnior, João Manoel Gonçalves Barbosa, Pedro Andrade de Oliveira, e Róridan Penido Duarte). Foi condicionada a participação dos economistas ao fato de ter quitado todos os débitos de programas anteriores, bem como estar com anuidade de 2016 quite ou com parcelamento vigente em dia. Em votação, 9 conselheiros foram a favor e 5 contra (Antonio Melki Júnior, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, e Róridan Penido Duarte), sendo que os Conselheiros João Manoel Gonçalves Barbosa e Pedro Andrade de Oliveira se abstiveram. Não estava presente na votação o Conselheiro Felipe Macedo de Holanda. O Conselheiro Antonio Melki Júnior em sua declaração de voto se disse contrário ao permitir que economistas que já participaram de programas anteriores, mesmo estando adimplente, possam participar do V Programa, uma vez que premia o economista inadimplente contumaz. O programa terá vigência durante o período de 2/5/2016 até 2/11/2016. 2. Alteração da Resolução 1.901, de 28 de novembro de 2013, que determina que as tarifas bancárias referentes à impressão e envio dos boletos bem como os custos com a cobrança das anuidades são de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Economia. Relator: Presidente Júlio Miragaya. Com a palavra, a Superintendente em exercício, Aline Tales Ferreira, esclareceu como era a situação e como foi criada a regra de transição, que expirou em novembro de 2015. Desta feita, os Corecons dos estados de SE, RN e PI solicitaram que o Cofecon voltasse a subsidiar a emissão dos boletos bancários para aqueles conselhos considerados pequenos, que possuem menos de 1000 ECVs. O Corecon-SC reivindicou que se tal atitude fosse tomada, que houvesse o subsídio para todos os conselhos, não apenas aos pequenos. O Presidente colocou em votação a decisão de continuar com a resolução da forma que se encontra. 3. Aprovação do tema do XXII CBE: Foi apresentada a proposta do Corecon-MG, "Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia política: bases para o Brasil contemporâneo", que após debate, restou aprovado da seguinte forma: "Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia: bases para o Brasil contemporâneo". Em seguida o Presidente solicitou expediente àquele Regional para composição dos comitês integrantes da Comissão Organizadora do referido CBE, para a respectiva aprovação pelo Plenário do Cofecon. nos termos do disposto no §1º do artigo 4º do Regimento Interno do Congresso (Resolução nº 1.903/2013). 4. Registro remido. Relator: Presidente Júlio Miragaya. O Corecon-PR enviou o Ofício nº 294/2016gc, datado de 23 de março de 2016, o qual solicita apreciação por parte do Plenário do Cofecon da proposta de retomada da isenção total da anuidade ao profissional com idade superior a 70 anos (masculino) e à profissional com idade superior a 65 anos (feminino) regulares e adimplentes. Em votação, o Plenáriu decidiu de forma desfavorável ao pleito e pela manutenção do normativo atual que estabelece o tratamento diferenciado em função da idade. 5. Papel da Mulher Economista. Relator: Júlio Miragaya. Criar um grupo de trabalho para atuação da mulher economista, com intuito de aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira, bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho. O grupo será constituído da seguinte forma: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Celina Martins Ramalho, e Denise Kassama Franco do Amaral. Em votação a proposta foi aprovada. 6. Nota do Cofecon sobre o impedimento da Presidente. Após discussão a nota foi aprovada nos seguintes termos: "Nota de esclarecimento sobre a situação política do País - Sendo composto por

Conselheiros Federais de todo o País, com diversificada formação e pluralidade de pensamento, o 501 Conselho Federal de Economia entende que cada economista tem uma opinião a respeito, razão pela 502 qual uma tomada de posição institucional causaria divisão na categoria em um momento de acalorada 503 discussão política. Assim, o posicionamento de qualquer membro de sua Plenária, quer seja 504 Presidente, Vice-Presidente ou demais Conselheiros Federais, não deve ser entendido como 505 institucional. Brasília, 9 de abril de 2016. Conselho Federal de Economia". 6. APRECIAÇÃO DE 506 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS. 6.1. Comissão de Tomada de Contas -507 CTC. Relator: João Manoel Gonçalves Barbosa. - Balancete do 2º trimestre: Processo: 17.313/2015 508 (Corecon-PR). - Balancete do 3º trimestre: Processo: 17.307/2015 (Corecon-SP), Processo: 509 17.326/2015 (Corecon-GO), Processo: 17.329/2015 (Corecon-ES), Processo: 17.360/2016 (Corecon-510 AL), Processo: 17.380/2016 (Corecon-CE), Processo: 17.449/2016 (Corecon-PR). - Reformulação 511 orçamentária de 2015: Processo: 17.258/2015 (Corecon-AL), Processo: 17.314/2015 (Corecon-PR), 512 Processo: 17.437/2015 (Corecon-PR). - Prestação de contas de 2015: Processo: 17.388/2016 513 (Cofecon), Processo: 17.399/2016 (Corecon-RJ), Processo: 17.402/2016 (Corecon-TO), Processo: 514 17.419/2016 (Corecon-BA), Processo: 17.421/2016 (Corecon-PA), Processo: 17.423/2016 (Corecon-PA) 515 MA), Processo: 17.425/2016 (Corecon-SC), Processo: 17.426/2016 (Corecon-SE), Processo: 516 17.429/2016 (Corecon-RO), Processo: 17.436/2016 (Corecon-ES), Processo: 17.442/2016 (Corecon-517 RN), Processo: 17.447/2016 (Corecon-PE), Processo: 17.450/2016 (Corecon-PR). - Proposta 518 orçamentária de 2016: Processo: 17.308/2015 (Corecon-SP), Processo: 17.312/2015 (Corecon-PA), 519 Processo: 17.315/2015 (Corecon-PR), Processo: 17.327/2015 (Corecon-PI), Processo: 17.328/2015 520 (Corecon-ES), Processo: 17.333/2015 (Corecon-RN), Processo: 17.334/2015 (Corecon-BA), 521 Processo: 17.337/2015 (Corecon-PE), Processo: 17.381/2016 (Corecon-CE), Processo: 17.391/2016 522 (Corecon-AM). - Prestação de contas de auxílio financeiro: Processo: 16.596/2014 (Corecon-GO), 523 Processo: 16.752/2014 (Corecon-MG), Processo: 16.923/2015 (Corecon-PA), Processo: 16.967/2015 524 (XLI EENECO), Processo: 17.037/2015 (Corecon-PE), Processo: 17.202/2015 (Corecon-DF). Em 525 votação os processos foram aprovados, de acordo com o voto do Relator. 6.2. Comissão de 526 Educação. Relatora: Celina Martins Ramalho. - Auxílio Financeiro: Processo: 17.387/2016 527 (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober), 54° congresso 528 SOBER, Valor: R\$ 3.000,00; Processo: 17.420/2016 (Corecon-PI), XXVIII ENE, Valor: R\$ 529 6.500,00; Processo: 17.445/2016 (Corecon-AM), X ENAM, Valor: R\$ 6.500,00. Em votação os 530 processos foram aprovados de acordo com o voto da Relatora. 6.3. Comissão de Fiscalização e 531 Registro Profissional. Relatores: Paulo Hermance Paiva e Pedro Andrade de Oliveira. Remissão de 532 débito - baixa para diligência: Processo: 16.961/2015 (Corecon-PR), Interessado: Laudenir Aparecido 533 Galina. - Deferimento de remissão de débito: Processo: 16.945/2015 (Corecon-SP), Interessado: 534 Sérgio Fernandes Giannotti. - Indeferimento de recursos de remissão de débito: Processo: 535 16.831/2014 (Corecon-RJ), Interessado: Heleno Cruz Maia; Processo: 16.881/2015 (Corecon-RJ), 536 Interessado: Leopoldo Cesar de Miranda Lima Netto; Processo: 16.918/2015 (Corecon-RJ), 537 Interessado: Luiz Cláudio Pereira. - Indeferimento de recursos de cancelamento de registro: Processo: 538 16.884/2015 (Corecon-RJ), Interessada: CACI-Central de Administração de Créditos; Processo: 539 16.886/2015 (Corecon-RS), Interessado: Volmir Cagol; Processo: 16.887/2015 (Corecon-RS), 540 Interessada: Julia Galarza D'Avilla; Processo: 16.888/2015 (Corecon-RS), Interessado: Renato 541 Zimmermann; Processo: 16.920/2015 (Corecon-RJ), Interessada: Gabriela Calafate Brito; Processo: 542 16.996/2015 (Corecon-SP), Interessado: Matheus Abade; Processo: 17.110/2015 (Corecon-RS), 543 Interessado: Roberto Jofre Antonello Carneiro. - Indeferimento de recurso de cancelamento de 544 registro e homologação de remissão de débito: Processo: 16.919/2015 (Corecon-RJ), Interessada: 545 Petrian-Consultoria Financeira Internacional Ltda. - Indeferimento de recursos de exercício ilegal da 546 profissão: Processo: 16.822/2014 (Corecon-PR), Interessada: A Biannda Consultoria Ltda; Processo: 547 16.910/2015 (Corecon-RS), Interessada: Marpa Gestora de Recursos Ltda; Processo: 16.911/2015 548 (Corecon-RS), Interessada: Quantitas Gestão de Recurso S.A.; Processo: 16.912/2015 (Corecon-RS), 549 Interessado: Dionatan Silva Severo; Processo: 16.944/2015 (Corecon-SP), Interessada: Porto Seguro 550

Investimento Ltda: Processo: 16.953/2015 (Corecon-RJ), Interessada: Prefeitura Municipal de Piraí: Processo: 16.959/2015 (Corecon-RJ), Interessada: Gávea Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Processo: 17.001/2015 (Corecon-RJ), Interessado: João Carlos Ferreira Reis. Em votação os processos foram aprovados de acordo com o voto do relator. 6.4. Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão. Relator: Paulo Salvatore Ponzini: Auxílio Financeiro. Processo: 17.395/2016 (Corecon-PE), Reforma de sede, Valor: R\$ 8.000,00; Processo: 17.435/2016 (Corecon-ES), Reforma de sede, Valor: R\$ 8.000,00; Processo: 17.441/2016 (Corecon-MA), Modernização tecnológica, Valor: R\$ 7.500,00; Processo: 17455/2016 (Corecon-RN), Modernização Tecnológica, Valor: R\$ 5.388,59. Em votação os auxílios foram concedidos de acordo com o voto do relator, observando-se a condicionante de reformulação orçamentária. 7. OUTROS ASSUNTOS: O Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa solicitou que a Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar regulamente o saneamento do cadastro dos Conselhos Regionais. O Presidente encaminhou o assunto para a referida comissão. - O Conselheiro Jin Whan Oh, coordenador da Comissão de Comunicação, colocou em pauta a escolha do tema da próxima revista, que foi aprovado da seguinte forma: "Crise brasileira e as perspectivas econômicas comparadas às de países emergentes e outros blocos econômicos". Em relação ao contrato com a Agência do Rádio, dos quais se passaram 3 meses de teste, foi votada a renovação do contrato com reajuste de 12,5%. Por fim, abordou a necessidade de comercializar anúncios para a Revista Economistas. A área de Comunicação elaborou uma tabela tendo como base a da publicação do Conselho Federal de Administração. Em votação, as propostas foram aprovadas. 8. ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Cofecon, Economista Júlio Miragaya, agradeceu a presença de todos e às dezessete horas deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Ana Claudia Ramos Pinto, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília-DF, nove de abril de dois mil e dezesseis.

574575576

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

577 578

> 579 **ECON. JÚLIO MIRAGAYA** 580 Presidente

ANA CLAUDIA RAMOS PINTO Secretária